

EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL E O DIREITO À CIDADE: REFLEXÕES SOBRE UM PROGRAMA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 NO INTERIOR DO CEARÁ

SOCIAL-ENVIRONMENTAL EDUCATION AND THE RIGHT TO THE CITY:
REFLECTIONS ON A UNIVERSITY EXTENSION PROGRAM DURING THE
COVID-19 PANDEMIC IN THE INTERIOR OF CEARÁ

Geovane Gesteira Sales Torres

Graduando em Administração Pública pela Universidade Federal do Cariri (UFCA). E-mail: geovanesaescrato@gmail.com

Caio Ricardo da Silva

Graduando em Administração Pública pela Universidade Federal do Cariri (UFCA). E-mail: caio.ricardo042@gmail.com

Diego Coelho do Nascimento

Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Docente Adjunto da Universidade Federal do Cariri (UFCA). E-mail: diego.coelho@ufca.edu.br

RESUMO

O agravamento das desigualdades sociais gerado pela pandemia da Covid-19 fez com que os territórios urbano-periféricos enfrentassem drásticos empecilhos para o pleno acesso à educação e ao direito à cidade. Desse modo, este artigo objetiva relatar e discutir as ações de extensão universitária relacionadas ao direito à cidade promovidas pelo Laboratório de Estudos Urbanos, Sustentabilidade e Políticas Públicas (Laurbs) durante o ano de 2020. Para tal, adotou-se uma pesquisa-ação como estratégia metodológica. A coleta dos dados se deu mediante análises documentais nos relatórios parciais e finais das atividades de extensão, tal qual nos documentos de planejamento e planilhas para o acompanhamento das atividades. Guardadas as devidas proporções das ações relatadas, depreendeu-se que as iniciativas experienciaram dificuldades como o acesso a aparelhos tecnológicos e à internet por parte do público-alvo. Portanto, as percepções apontam para uma complexificação ainda maior da relação extensão universitária-comunidade em termos de alcance e diálogo, tal e qual os empecilhos enfrentados por indivíduos majoritariamente subalternizados na realidade social brasileira, questões essas agudizadas pela pandemia da Covid-19. Em contrapartida, as adaptações das ações extensionistas foram salutares para a continuação das atividades. As práticas foram proveitosas, logrando experiências e ferramentas para futuras intervenções diante do contexto hodierno.

Palavras-Chave: Pesquisa-ação. Universidade. Biopolítica. Tecnologias. Desigualdades Sociais.

ABSTRACT

The worsening of social inequalities generated by the Covid-19 pandemic has made the urban-peripheral territories face drastic obstacles to full access to education and the right to the city.

Thus, this article aims to report and discuss the university extension actions related to the right to the city promoted by the Laboratory of Urban Studies, Sustainability and Public Policy (Laurbs) during the year 2020. To this end, an action research was adopted as a methodological strategy. Data was collected through partial and final reports of the extension activities, such as planning documents and spreadsheets for monitoring the activities. Keeping the proportions of the reported actions in mind, it was understood that the initiatives experienced difficulties such as access to technological devices and the internet by the target audience. Therefore, the perceptions point to an even greater complexification of the university-community extension relationship in terms of outreach and dialogue, just like the difficulties faced by mostly subalternized individuals in the Brazilian social reality, issues that are aggravated by the Covid-19 pandemic. On the other hand, the adaptations of the extensionist actions were salutary for the continuation of the activities. The practices were fruitful, providing experiences and tools for future interventions in today's context.

Keywords: Action research. University. Biopolitics. Technologies. Social Inequalities.

INTRODUÇÃO

Ao criticar o modelo de desenvolvimento urbano europeu, Lefebvre (1972) exclama a impossibilidade de se pensar a liberdade do ser humano sem que este tenha acesso a bens fundamentais como a habitação, alimentação, trabalho etc. Embora a cidade não tenha sido um objeto diretamente observado pelo pensamento marxiano, nota-se que a maior parte do olhar científico e filosófico sobre o direito à cidade, enquanto construção social, assenta-se na tradição marxista.

Segundo Chueca (2019), o direito à cidade tenciona recuperar a dimensão sociomorfológica da cidade e devolver aos sujeitos a sua capacidade de agir e produzir o espaço urbano, considerando-se que as tendências neoliberais fazem com que esse espaço amiúde seja guiado pelos interesses do Capital. Nesse sentido, o direito à cidade pressupõe a participação social, a intervenção direta e a autogestão dos(as) habitantes nas questões urbanas.

Contudo, Chueca (2019) afirma que as práticas em busca do direito à cidade no Brasil estiveram e continuam, em muitas situações, imbuídas por lógicas coloniais. Além disso, Chueca (2017) denuncia que, na esfera nacional, pouco se faz presente o protagonismo de mulheres (sobretudo, as negras e periféricas), refletindo os persistentes mapas de poder que criam centros e periferias urbanas a partir de

marcadores sociais da diferença como raça, gênero e classe.

Portanto, este artigo objetiva relatar e discutir as ações de extensão universitária relacionadas ao direito à cidade promovidas pelo Laboratório de Estudos Urbanos, Sustentabilidade e Políticas Públicas (Laurbs), vinculado à Universidade Federal do Cariri - UFCA, durante o ano de 2020. Os objetivos específicos são: 1) identificar as problemáticas enfrentadas e os avanços alcançados pelo programa durante a pandemia da Covid-19; 2) refletir sobre as potencialidades e dificuldades da extensão universitária na modalidade virtual; e 3) discutir os empecilhos ao direito à cidade durante a pandemia em curso.

Para tanto, optou-se pela pesquisa-ação como estratégia metodológica. No que toca à coleta dos dados, realizou-se uma pesquisa documental nos relatórios parcial e final do programa de extensão do Laurbs, nos planos da disciplina e do curso de extensão (ações promovidas no ano em análise), bem como nos registros de acompanhamento das atividades (realizados na plataforma *Google Sala de Aula*).

O artigo em voga se justifica pela necessidade de se contemplarem epistemologicamente os efeitos da pandemia da Covid-19 nas ações de extensão universitária, sobretudo àquelas desenvolvidas em territórios e junto a grupos alvos de precarizações no espaço urbano.

Apesar do denso volume de chamadas para dossiês em periódicos científicos e eventos direcionados aos impactos da crise pandêmica, reconhece-se a incipiência de trabalhos especificamente direcionados à interface entre pandemia, extensão universitária e o direito à cidade.

Ao decorrer deste artigo se discutem conceitos tocantes à extensão universitária, direito à cidade, biopolítica, desigualdades sociais, precarização e Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC. Assim, o texto está estruturado em Introdução; Referencial Teórico; Metodologia; Resultados e Discussão; e Considerações Finais.

REFERENCIAL TEÓRICO

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O DIREITO À CIDADE

Debater as adversidades enfrentadas pela extensão universitária em um cenário de pandemia, bem como as potencialidades das ações extensionistas, passa, primeiramente, pela necessária conceituação do que é a extensão universitária e a sua importância para a universidade pública e sociedade. As primeiras vivências de extensão ocorridas no Brasil datam o período entre 1911 e 1917, na Universidade Livre de São Paulo, quando se expunham assuntos que não necessariamente correlacionavam-se a temas sociais e políticos (CARBONARI; PEREIRA, 2007).

Dentre os três pilares da universidade – pesquisa, ensino e extensão – a extensão foi a última que surgiu. Fatores como a sua complexidade, interdisciplinaridade, necessidade de realizar-se fora dos muros da universidade, bem como o foco em demandas de um público amplo, talvez tenham levado a incompreensão desse pilar por Instituições de Ensino Superior – IES (PAULA, 2013).

Assim sendo, a extensão foi criticada pelo seu caráter mecanicista. Argumenta Freire (2013)

que a extensão se constitui por atores que vão para outra parte do mundo, vista como inferior, com o intuito de padronizá-la de forma semelhante ao seu mundo, mediante o conhecimento de que portam. Outras críticas apontam características assistencialistas, paternalistas e domesticadoras de comunidades (CARBONARI; PEREIRA, 2007). Nesse conjunto geral da atividade extensionista universitária, pode-se atestar três grandes fases da mesma, cronologicamente:

I) a anterior a 1964, cuja centralidade foi dada pela campanha pela Escola Pública e pela aproximação com o movimento das Reformas de Base, a partir de obra e de prática de Paulo Freire; II) a etapa que vai de 1964 a 1985, polarizada pela emergência e demandas dos movimentos sociais urbanos; III) a terceira etapa corresponde ao período pós-ditadura e se caracteriza pela emergência de três grandes novos elencos de demandas: 1) as decorrentes do avanço dos movimentos sociais urbanos e rurais; 2) as que expressam a emergência de novos sujeitos e direitos, que ampliaram o conceito de cidadania; 3) as demandas do setor produtivo nos campos da tecnologia e da prestação de serviços (PAULA, 2013, p. 19-20).

A extensão acaba por tornar-se exigência no ensino superior em efeito da sua responsabilidade com o conhecimento e educação para com a sociedade, estando diretamente ligada aos interesses sociais e vinculando-se ao pilar da pesquisa, uma vez que a mesma deve ter produtos ancorados em problemas reais da sociedade que a circunda. Logo, a extensão é/ deve ser, em linhas gerais, o “cordão umbilical” entre a sociedade e a universidade, evitando que o pilar da pesquisa ou do ensino se sobreponha aos demais compromissos universitários (SEVERINO, 2013).

A despeito das críticas, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX) foi um importante ator no desenvolvimento da extensão universitária no Brasil (PAULA, 2013). Dentre as áreas temáticas destacadas no portal do Fórum, encontram-se: comunicação, educação, direitos humanos e justiça, tecnologia e produção, trabalho, saúde e cultura.

Como destaca Paula (2013), esses direitos podem ser subdivididos em primeira e segunda geração, sendo o primeiro grupo tocante ao direito à saúde, educação, trabalho e cultura. O segundo refere-se aos direitos humanos, os quais dão margem para se pensar os direitos ambientais e outras garantias contemporâneas (PAULA, 2013).

No cerne desses direitos, que são mal efetivados, há o direito à cidade, garantia esta que constitui a possibilidade de uma vida urbana renovada, centrada plenamente nos ritos da vida e do tempo, permitindo a utilização em potencial dos espaços e dos momentos (LEFEBVRE, 2011). Portanto, segundo Harvey et al. (2013) a emancipação da cidade não se trata de apanhar o que já existe, mas de perseguir aquilo que os nossos corações mais almejam. Os autores expõem que:

Se descobrirmos que nossa vida se tornou muito estressante, alienante, simplesmente desconfortável ou sem motivação, então temos o direito de mudar de rumo e buscar refazê-la segundo outra imagem e através da construção de um tipo de cidade qualitativamente diferente. A questão do tipo de cidade que desejamos é inseparável da questão do tipo de pessoa que desejamos nos tornar. A liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e a nossas cidades dessa maneira é, sustento, um dos mais preciosos de todos os direitos humanos (HARVEY et al., 2013, p. 25).

Nessa construção do urbano e de nós mesmos, a luta pelo direito à cidade, visando transformar toda a realidade opressora, necessita demasiadamente da construção de utopias. Essa luta, em última essência é uma dedicação pelo direito à vida, reduzindo as opressões, explorações e preconceitos. Que esse espaço erodido pelas problemáticas seja aspecto de mudança na construção do que os corações perseguem, e não condição de permanência do status quo (RODRIGUES, 2007).

PANDEMIA DA COVID-19: AGRAVAMENTO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

O surgimento da pandemia causada pela SARS-Cov-2 evidenciou a crise estrutural permanente do sistema-mundo moderno, drasticamente marcada pelas mudanças climáticas, desconfiança nos sistemas políticos e governos, além da frenética decomposição social. Isso exige contemplar que o vírus causador da Covid-19 contribui para o surgimento/agravamento de fenômenos sociais e sistêmicos, transcendendo, assim, a sua dimensão puramente biológica (BASCHET, 2020).

Nesse sentido, Calazans e Matozinho (2020) afirmam que a pandemia da Covid-19 se configura como um fenômeno mundial de ordens biológica e política. Safatle (2020) reflete que a gestão do governo Bolsonaro ante à pandemia em curso corrobora o estabelecimento de um Estado Suicidário, caracterizado pela necropolítica e edificado com o uso dos corpos de parcelas populacionais precarizadas para a criação de um experimento de tecnologia social. Isso desnuda que o corpo é uma realidade biopolítica (FOUCAULT, 2017).

Foucault (2008) compreende o biopoder como um compêndio de mecanismos através dos quais as dimensões biológicas fundamentais dos sujeitos se inter cruzam com estratégias gerais de poder. Assim, o biopoder se integra pelo poder disciplinar e pela biopolítica, dimensões coexistentes na modernidade, apesar da tendência capitalista em empregar a biopolítica desde o século XVIII na sujeição e subjetivação das forças produtivas dos processos econômicos hegemônicos, intuindo a legitimação das relações de dominação.

Refletindo sobre o poder monarca de “causar a morte ou deixar viver” (FOUCAULT, 1988, p. 130), Foucault (1988) afirma que o poder do soberano consistia no apoderamento e supressão da vida. Contudo, Foucault (1988) expressa que tal tendência foi substituída pelo saber-poder de “causar a vida ou devolver à morte” (p. 130), algo que justifica as constantes preocupações sociais, a partir do século XVIII, com questões como a natalidade, saúde

e mortalidade, denotando a gestão calculista da vida e a administração dos corpos como biopolítica da população.

Butler (2018) advoga que a biopolítica neoliberal produz a precarização. Esta consiste em condições politicamente induzidas nas quais dados grupos populacionais estão mais expostos a situações de violência, dano e risco de morte, algo proveniente da fragmentação das redes de apoio socioeconômico advindas da diminuição do Estado e do fomento ao empreendedorismo de si. A precarização induzida e reproduzida pelas instituições do Estado e mercado termina por adaptar grupos socialmente precarizados à insegurança e desesperança (BUTLER, 2018).

Essa tendência de distribuição assimétrica das situações precárias se desnuda com maior intensidade na pandemia da Covid-19, contexto em que governos conservadores - como o de Bolsonaro no Brasil - pautam incessantemente a defesa do Capital à revelia dos(as) trabalhadores(as), sobretudo àqueles(as) que não têm acesso ao regime laboral home office (CALAZANS; MATOZINHO, 2020). Entretanto, para além das precariedades assentes no aspecto econômico, questões como gênero, raça, território e sexualidade também se mostram determinantes na indução de condições não vivíveis (BUTLER, 2018).

Em uma análise dos dados sobre os óbitos em decorrência da infecção por SARS-Cov-2 no município de São Paulo, com base no Sistema de Informação sobre Mortalidade (DataSUS - Secretaria Municipal de São Paulo), o Instituto Pólis (2020) concluiu que o marcador raça/cor é determinante no acesso à saúde, algo notório na contemplação de que, em termos proporcionais, a população negra periférica é a que mais morre na maioria dos distritos do município (INSTITUTO PÓLIS, 2020).

No que toca ao direito à educação, as precariedades no viver intensificadas durante a pandemia em curso também influenciam no

desempenho e permanência de crianças e adolescentes na educação formal. Segundo o Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação - Cetic.br (2020), 4,8 milhões de crianças e adolescentes com idades entre 9 e 17 anos não possuem acesso à internet no Brasil, situação intensificada nas macrorregiões Norte e Nordeste, algo que implica diretamente na precariedade desses sujeitos no que toca ao ensino remoto, modalidade predominante a partir da presente crise sanitária.

As TIC são vistas por Castells (2005) como as matérias-primas da nova economia global, surgida com a revolução da tecnologia da informação nos Estados Unidos em 1990, a qual foi responsável pela reestruturação do sistema capitalista. Dessa forma, a tecnologia não é um fim em si mesma, nem está voltada necessariamente ao bem da humanidade. Se este existe, provavelmente se materializa como um efeito aleatório de uma ação primeira interessada em outro objetivo - lucro, legitimação do poder etc. - (CASTELLS, 2005).

A nova economia global não se compõe unicamente por benesses, mas por muitas e graves falhas, as quais se materializam, especialmente, em efeitos sociais excludentes, produtores/ agravantes de desigualdades e geradores de crises. Questões visíveis, audíveis e tocáveis nitidamente no cotidiano dos países do chamado capitalismo periférico. Não obstante, a tecnologia se configura como elemento motriz do crescimento, logo, os países no terceiro estágio industrial terão maiores privilégios e, embora cresçam sem tal aparato, países em estágios anteriores serão prisioneiros dos “desenvolvidos” para o alcance dos ideais desenvolvimentistas (CASTELLS, 2005).

Vislumbra-se, pois, um incentivo à competitividade internacional, agravando as assimetrias sociais, geradora dos legados de “vencedores” e “perdedores”, algo que biologicamente se apresenta, no discurso de Castells (2005), como uma reconfiguração da seleção natural darwi-

niana. Isso desnuda o discurso falacioso de que as TIC se encontram democratizadas, considerando-se que em contextos como o brasileiro tais recursos ainda são concentrados.

METODOLOGIA

A presente pesquisa exploratória incorporou como estratégia metodológica uma pesquisa-ação. Essa modalidade de investigação se configura como uma investigação-ação que emprega técnicas científicas para informar a ação que se almeja incorporar para fins de aperfeiçoamento de práticas. Ademais, a pesquisa-ação se integra pelas fases: 1) Planejamento; 2) Descrição do monitoramento; e 3) Avaliação (TRIPP, 2005). Esses fluxos foram previstos e consubstanciados no cerne do programa de extensão universitária do Laurbs, ação acadêmica em que os autores do presente artigo atuaram enquanto bolsistas e coordenador.

A coleta dos dados se deu por meio da análise documental nos relatórios parciais e finais do programa de extensão promotor das ações, bem como através dos planejamentos, planilhas de acompanhamento das atividades e registros efetuados na ferramenta Google Sala de Aula. A pesquisa documental se justifica em várias áreas das ciências sociais e humanas, pois a riqueza de informações que através da mesma se pode obter e resgatar, propicia a ampliação do conhecimento científico, mediante a contextualização tanto histórica como sociocultural do objeto que se estuda (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

Segundo Cellard (2008), a memória é um instrumento limitado do pesquisador, passível de falhas, podendo alterar datas, contextos, desconsiderando ou deturpando fatos. É com a pesquisa documental que o investigador pode realizar uma reconstrução mais precisa da realidade social, sendo essencial para as ciências sociais, como também viabilizadora da interpretação dos processos de maturidade

de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, dentre outros aspectos.

Ainda segundo Cellard (2008), a definição do que seja “documento” é muito complexa, todavia, em contraponto à histórica conceituação positivista, o autor demarca que a concepção evoluiu. Sendo assim, hoje a descrição de documento contempla tudo aquilo que é produto ou testemunho do passado. Portanto, pode-se analisar textos “não oficiais”, como também material de natureza iconográfica e cinematográfica, ou de qualquer declaração registrada de alguma forma.

Desse modo, sendo a pesquisa-ação um processo cíclico que almeja a melhoria da prática através da ação e da investigação (TRIPP, 2005), a pesquisa documental supriu o anseio mencionado, uma vez que propõe-se a gerar novos saberes, novas formas de compreensão da realidade social e analisar o modo como o conhecimento tem se desenvolvido na prática (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

PLANEJAMENTO INICIAL PARA O ANO DE 2020

O Laurbs se configura como um grupo de extensão, pesquisa, ensino e cultura resguardado no seio institucional da Universidade Federal do Cariri - UFCA, localizada em Juazeiro do Norte - CE, o qual iniciou as suas atividades acadêmicas no ano de 2019 e, desde então, dedica-se a promover ações de extensão universitária tencionando a construção de processos de educação socioambiental em contextos urbanos e periféricos da Região Metropolitana do Cariri - RM Cariri, abordando temas tocantes à participação social, políticas públicas e sustentabilidade (NASCIMENTO et al., 2021).

Para o ano de 2020, antes da declaração da pandemia da Covid-19 pela Organização Mundial da Saúde - OMS, planejou-se a promoção

de uma disciplina eletiva em uma escola pública da rede estadual de ensino em Juazeiro do Norte - CE; a oferta de um circuito de oficinas no bairro Horto em Juazeiro do Norte; além da realização de uma disciplina eletiva em uma escola pública da rede estadual de ensino em Barbalha - CE. As ações em tela foram pensadas para a conclusão do segundo ano de execução do programa de extensão do Laurbs, o qual se propôs a intervir socialmente em bairros periféricos presentes nos três municípios do triângulo Crajubar - Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha -, principais municípios da RM Cariri, em termos demográficos e econômicos.

DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES NO ANO DE 2020

A disciplina eletiva “Meio Ambiente Urbano”, componente de 100 h/a, ministrada na E.E.M.T.I. Presidente Geisel – Polivalente, em Juazeiro do Norte/CE, durante o semestre 2020.1, incorporou metodologias integrativas no seu rol didático. Contudo, o seu planejamento foi realizado desconsiderando o isolamento social exigido pelas autoridades sanitárias em virtude da pandemia da Covid-19, haja

vista que o início da disciplina se deu antes da declaração da pandemia pela OMS. Assim, o componente foi desenvolvido presencialmente e a posteriori virtualmente, considerando-se as medidas governamentais de combate à crise sanitária em curso.

O planejamento da disciplina preconizou a abordagem, em 19 encontros, de temas relativos ao território urbano; direito à cidade; sustentabilidade ambiental; ciclo de políticas públicas; política nacional de educação ambiental; e política nacional de resíduos sólidos. Para tanto, foram pensadas nas metodologias: 1) Oficinas; 2) Dinâmicas; 3) Aulas de campo ao Parque Ecológico das Timbaúbas e à Associação de Catadores de Materiais Recicláveis “Engenho do Lixo”; 4) Exibição de documentários; 5) Avaliações - seminários temáticos; simulação jurídica (teatral); participação. Todavia, a migração para a modalidade virtual fez com que muitas das atividades fossem prejudicadas, reconfiguradas ou não efetivadas. No quadro 1 se expõem os principais impactos nas metodologias inicialmente planejadas em relação às modificações feitas abruptamente em virtude da pandemia.

Quadro 1- Impacto do replanejamento nas metodologias da disciplina

Metodologia	Nível de impacto com o replanejamento
Exibição de documentários	Pequeno
Oficinas	Alto
Dinâmicas integrativas	Alto
Aulas de campo	Alto
Seminários temáticos	Alto
Aulas expositivo-dialogadas	Pequeno
Estudo de caso	Alto
Leitura e discussão de textos	Pequeno

Fonte: Elaboração própria (2021).

Vislumbra-se que as metodologias menos impactadas foram a exibição de documentários, aulas expositivo-dialogadas, além da leitura e discussão de textos. Cabe-se apontar que os métodos avaliativos também foram intensamente reformulados, pois inicialmente se previam seminários temáticos, simulações jurídicas e participação como veículos avaliativos, os quais foram substituídos por quatro resumos de textos/documentários disponibilizados antecipadamente aos(às) estudantes.

Tendo em vista esses percalços, desenvolveu-se a cartilha “Interlocuções Juvenis: Democracia, Participação e Sustentabilidade na Prática”, importante tecnologia social empregada nas ações de extensão. Ao decorrer das experiências da equipe do programa de extensão nos bairros urbano-periféricos João Cabral (Juazeiro do Norte - CE) e Alto da Penha (Crato - CE), bem como no seio institucional da E.E.M.T.I. Presidente Geisel (Juazeiro do Norte - CE), diagnosticaram-se inúmeras problemáticas no que concerne ao entendimento e interesses dos(as) jovens por temáticas relacionadas às políticas públicas urbanas, participação social e sustentabilidade.

Tal demanda, ao ser apreciada pelos(as) bolsistas e coordenação, resultou no desenvolvimento da cartilha informacional supracitada que, por meio de uma linguagem acessível e objetiva, trabalha as questões ora expostas de forma atrativa ao público-alvo juvenil. O material se subdivide em 10 (dez) tópicos textuais, construídos conforme os pressupostos do gênero textual “divulgação científica”, além de portar ilustrações e recomendações de filmes e sites. Portanto, o produto criado para a resolução do problema ora citado, configura-se enquanto uma tecnologia social com potencial a ser utilizada em ações educacionais formais e informais na Região Metropolitana Cariri.

Ao decorrer da disciplina eletiva foram diagnosticados latentes problemas de acesso a equipamentos digitais e à Internet por parte dos estudantes matriculados no componente curricular. Fato que levou à flexibilização de prazos e a modificações de metodologias. Os encontros síncronos tiveram duração individual de 1 hora/aula e foram realizados no Google Meet, já as atividades assíncronas foram

desenvolvidas no Google Sala de Aula, tendo em vista que tais ferramentas já eram familiares aos(às) discentes por serem utilizadas pela escola na promoção das aulas remotas das disciplinas obrigatórias.

Entretanto, as condições materiais e psicológicas, bem como a rigidez avaliativa exigida pela escola, fizeram com que do total de discentes matriculados (29), 19 fossem considerados não aptos à aprovação. Para a recuperação das notas de tais sujeitos, criou-se uma atividade final relativa a uma temática cotidiana que possibilitou aos discentes dissertarem sem maiores percalços. Tal atividade consistiu na escrita de um texto dissertativo-argumentativo sobre o saneamento básico. É válido frisar que as instruções portaram dois textos de apoio, uma charge e uma matéria jornalística.

Outrossim, o curso de extensão intitulado “Introdução à democracia, sustentabilidade e políticas públicas” foi ministrado para estudantes da E.E.M.T.I. Almiro da Cruz, localizada na cidade de Barbalha/CE, com carga horária de 40 h/a. A localidade inicialmente prevista para ser contemplada com as ações do programa de extensão foi o bairro Malvinas, contudo, tendo em vista o fato de tal comunidade não possuir escolas públicas de ensino médio no seu território, optou-se por trabalhar com a E.E.M.T.I. Almiro da Cruz, sediada no bairro de Sítio Santana II, no mesmo município, por se tratar de uma instituição relativamente próxima, e que, segundo a sua direção escolar, conta com estudantes em sua maioria residentes no bairro Malvinas.

A escolha por sujeitos residentes no bairro Malvinas se justifica pelo fato de tal localidade apresentar um alto índice de vulnerabilidade socioambiental. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), a maior parte da população dessa comunidade (52,43% dos domicílios) aferia no máximo um (1) salário mínimo como rendimento nominal mensal por domicílio, fato que denota a situação hipossuficiente de tal parcela populacional.

Em virtude das experiências obtidas por meio da disciplina eletiva supramencionada, houve uma maior objetividade nas atividades, ferra-

mentas e fluxos comunicacionais do curso. A capacitação objetivou apresentar e discutir questões teórico-práticas propedêuticas relativas ao sistema democrático de Direito, políticas públicas, participação social e sustentabilidade no contexto brasileiro e regional. Visando atingir tais anseios e problemáticas, as metodologias utilizadas foram aulas síncronas expositivas e dialógicas.

Dessa forma, buscou-se igualmente um sistema de avaliação mais flexível para os participantes do curso de extensão, em função da compreensão das dificuldades pessoais de cada um, além dos empecilhos enfrentados na eletiva anteriormente discutida, logo após a sua realização por meios virtuais. Portanto, buscou-se constituir uma avaliação mediante: 1) Participação nas aulas ao vivo: 2 pontos; 2) Prova escrita: 5 pontos; e 3) Resumos dos principais problemas e conceitos trabalhados no módulo: 3 pontos. Concluindo com a nota final obtida através da somatória e divisão por 4. Todavia, apesar da experiência anteriormente adquirida, e do número de inscritos - o total de 16 - notaram-se percalços análogos aos da primeira ação aqui relatada, constatando-se através do número de admitidos - apenas 6 estudantes.

Utilizou-se mais uma vez o Google sala de aula para se criar a sala virtual fixa para os momentos síncronos, como também para a postagem do material textual, audiovisual e avaliativo. O primeiro material, o documento base para o curso de extensão usufruído, foi a cartilha criada pelos autores deste artigo, como exposto previamente.

Como determinado no planejamento do curso de extensão em voga, a atividade se dividiu em 4 módulos, sendo eles: Módulo I - Democracia, Representatividade, Participação e Controle Social, almejando que ao final, o estudante pudesse compreender as convergências entre os temas e os mecanismos de participação; Módulo II - Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, objetivando a compreensão da configuração e importância dos poderes públicos estudados; Módulo III - Políticas Públicas, políticas sociais e direitos humanos, expondo a diferença entre tais conceitos e práticas, bem como a relação entre eles; e por fim o Módulo IV: Sustentabilidade, políticas socioambientais e ativismos, conceituando sustentabilidade e pensando criticamente sobre as políticas socioambientais brasileiras. Então, seguiu-se o cronograma exposto no quadro 2:

Quadro 2 - Cronograma do curso Introdução à Democracia, Políticas Públicas e Sustentabilidade.

Módulos	Atividades	Datas
Módulo I	Leitura dos materiais obrigatórios e complementares	14/09/2020
	Aula síncrona do módulo I	18/09/2020
	Avaliação parcial do módulo I	22/09/2020
	Prazo para o envio do resumo do módulo I	27/09/2020
Módulo II	Leitura dos materiais obrigatórios e complementares	28/09/2020
	Aula síncrona do módulo II	02/10/2020
	Avaliação parcial do módulo II	06/10/2020
	Prazo para o envio do resumo do módulo II	11/10/2020
Módulo III	Leitura dos materiais obrigatórios e complementares	12/10/2020
	Aula síncrona do módulo III	16/10/2020
	Avaliação parcial do módulo III	20/10/2020
	Prazo para o envio do resumo do módulo III	25/10/2020

Módulos IV	Leitura dos materiais obrigatórios e complementares	26/10/2020
	Aula síncrona do módulo IV	30/10/2020
	Avaliação parcial do módulo IV	03/11/2020
	Prazo para o envio do resumo do módulo IV	08/11/2020
Encerramento do curso.	Preenchimento do questionário de avaliação do curso	09/11/2020

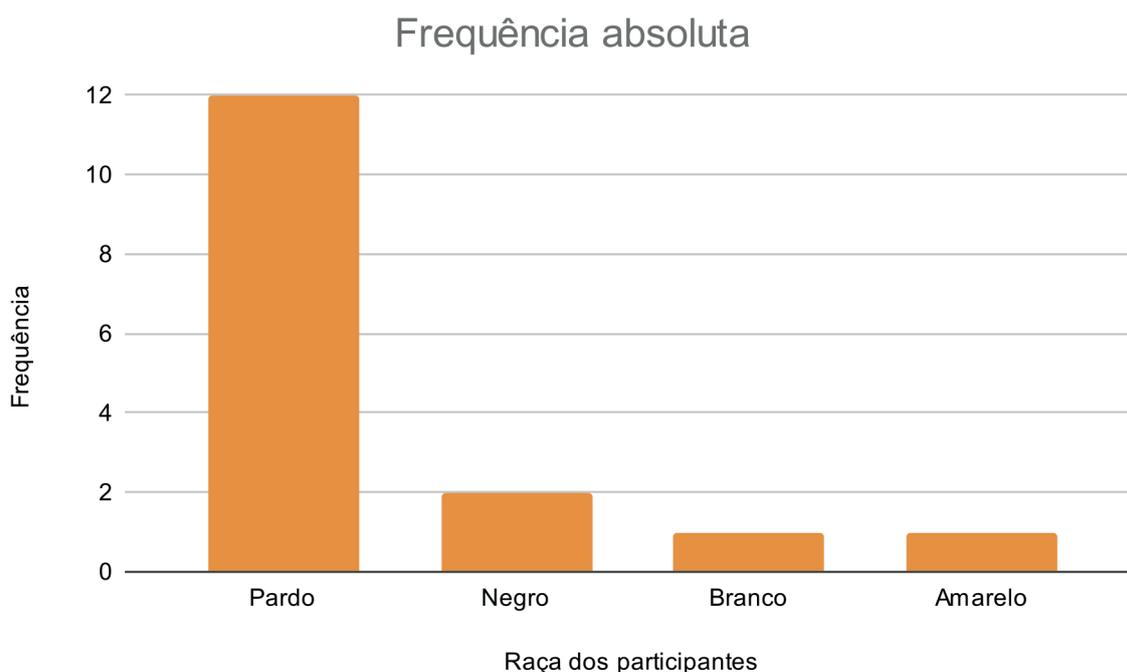
Fonte: Elaboração própria (2021).

Dentre os 16 inscritos no curso de extensão, a maioria estava prestes a ingressar na fase juvenil, discentes do 3º ano do ensino médio. Além disso, na sua maioria, os participantes eram jovens da raça/cor negra e parda, como exposto no gráfico 1. Ademais, 100% dos estudantes contavam com acesso a um computador ou celular, tal qual conexão com a internet em casa, contrastando à realidade da disciplina eletiva.

Cabe-se ressaltar de antemão que o formulário de inscrição disponibilizado não atesta

a configuração dos dispositivos disponíveis para os partícipes, muito menos a qualidade da internet em suas residências, se tratava-se de pacotes de dados de redes móveis de operadoras telefônicas – 3G ou 4G –, ou de um provedor de serviços de internet. Todavia, a experiência obtida na aplicação do curso de extensão em questão aponta para esses aspectos como atenuantes de efetivação plena do curso e participação por parte dos jovens inscritos, aspecto este que se reflete no infeliz número de admitidos.

Gráfico 1 - Raça/cor dos(as) participantes no curso de extensão



Fonte: Elaboração própria (2021).

As atividades pensadas para o curso no momento do planejamento foram a gravação de vídeo-aulas para serem disponibilizadas no *Google* sala de aula; encontros síncronos através do *Google Meet*; fomento de materiais textuais de sites com informações acessíveis para o público jovem da ação; postagens audiovisuais, geralmente com vídeos do *YouTube* sobre assuntos de fácil entendimento; e por fim, a proposição de exercícios para a fixação dos

conceitos e dos debates, bem como a construção de resumos ao final de cada módulo. A baixa participação nos momentos tratou-se de fator desestimulante para os bolsistas de extensão do Laurbs, somando-se a isso a entrega das atividades por poucos, fato que levou à necessidade de ampliação de prazos, porém, a realização do planejado correu conforme o previsto. O status das atividades se constata no quadro 3:

Quadro 3 - Nível de cumprimento das atividades planejadas

Atividades Planejadas	Status de efetivação
Gravação de vídeo-aulas	Não cumprida
Aulas ao vivo	Cumprida
Postagem de material textual e audiovisual	Cumprida
Exercícios de fixação pós-módulo	Cumprida
Resumos ao término dos módulos	Cumprida

Fonte: Elaboração própria (2021).

Ora, Santos (2020) defende que a pandemia da Covid-19 agrava problemas sociais pré-existent, seio em que sujeitos subalternizados (mulheres, trabalhadores, moradores de periferias etc.) padecem sendo expostos a maiores condições de insalubridade e periculosidade. Não obstante, Leite, Torres e Cunha (2020) destacam que o acesso à educação no atual contexto pandêmico é comprometido em virtude de marcadores sociais como gênero, raça, sexualidade, classe social e macrorregião, pois a crise pandêmica agrava as desigualdades sociais.

Dentre os elementos materiais que evidenciam as assimetrias no acesso à educação na atual conjuntura se encontra o acesso a equipamentos eletrônicos e à internet, já que segundo o Cetic.br (2020), mais de 4 milhões de crianças e adolescentes no país não gozam das benesses da grande rede. Além disso, grande parcela da população infantojuvenil, embora tenha acesso à internet e a aparelhos eletrônicos, assim o fazem de modo precário e com grandes riscos digitais. Jereissati *et al.* (2021) indicam que embora grande parcela (cerca de 89%) de crianças e adolescentes com idades

entre 9 e 17 anos no Brasil possuam acesso à Internet em 2019, as condições do acesso apresentam assimetrias quando observados marcadores sociais da diferença como gênero.

Nesse direcionamento, Jereissati *et al.* (2021) concluem que os tolhimentos, orientações e práticas digitais comuns se dissociam para meninos e meninas, àqueles tendo maiores oportunidades e ações digitais à revelia das últimas. Além disso, Jereissati *et al.* (2021) apontam para o fato das meninas enfrentarem maiores riscos digitais, chaga que amiúde as impede de gozar plenamente das atividades virtuais. Considerando tais fatos, as autoras enxergam a urgência pelo desenvolvimento de políticas públicas que reconheçam as assimetrias tecnológicas em virtude de gênero e de outros marcadores sociais da diferença.

Em confluência ao exposto, Lima e Aguião (2021) exclamam a urgência por políticas públicas que democratizem digitalmente o acesso e formação em relação às TIC para os mais distintos sujeitos, sobretudo àqueles subjugados em virtude da sua identidade de gênero, raça, sexualidade e classe. Aguião (2021) aponta que apesar da existência de crianças e adolescentes que possuem acesso frequente

à Internet e a variados aparelhos eletrônicos, também existem àqueles que apenas acessam à grande rede por meio do celular e com uso limitado de dados móveis.

As assimetrias no acesso e qualidade no uso da Internet e tecnologias digitais durante a pandemia da Covid-19, algo percebido pela experiência do programa de extensão, conflui ao apontado por Butler (2018), pois no arranjo neoliberal globalizado há uma tendência pela precarização de serviços como a educação e assistência social, levando os sujeitos a um empreendedorismo de si, algo que implica em ações públicas pouco comprometidas com a concessão de meios de acesso e circunstâncias seguras para o pleno gozo das benesses advindas das TIC. Nesse sentido, o Governo do Estado do Ceará passou a distribuir *chips* com acesso a 20GB de internet móvel para alunos de escolas e universidades estaduais apenas no final do ano de 2020 (AUGUSTO, 2020), ação morosa que fez com que no primeiro ano pandêmico tais discentes ficassem desassistidos tecnologicamente.

Portanto, conclui-se que problemas como o agravamento das desigualdades sociais (notório na contemplação das assimetrias no acesso a meios digitais) implicaram no pouco engajamento dos participantes da disciplina eletiva e do curso de extensão. Todavia, as reconfigurações dos planejamentos metodológicos e a criação de tecnologias sociais foram fundantes para a mitigação de danos à extensão universitária. Enfim, aponta-se que, embora tenha atingido um pequeno número de sujeitos, em relação ao almejado, as ações de extensão do Laurbs em 2020 foram benfazejas para o acúmulo de experiências e recursos metodológicos para a continuidade das atividades extensionistas no presente contexto de crise sanitária.

Dessa forma, como manifesta Santos (1999), diante das crises só há uma solução para as problemáticas: reinventar o futuro mediante alternativas radicais. Para além da crítica ao modelo que não se almeja, necessita-se criar um novo paradigma mediante a perseguição de uma utopia, como o pleno acesso ao direito à cidade (grifo nosso), sendo tal utopia uma “exploração de novas possibilidades e vontade

humanas, por via da oposição da imaginação à necessidade do que existe, só porque existe, em nome de algo radicalmente melhor que a humanidade tem direito de desejar e por que merece a pena lutar” (SANTOS, 1999, p. 278).

CONCLUSÃO

O artigo científico em questão objetiva relatar e discutir as ações de extensão universitária relacionadas ao direito à cidade promovidas pelo Laurbs durante o ano de 2020, contexto histórico contemporâneo fortemente marcado pelas biopolíticas evidenciadas pela pandemia da Covid-19. Assim, empreendeu-se uma pesquisa-ação advinda da atuação dos autores do presente trabalho, já a coleta dos dados se deu por meio de uma análise documental em registros do programa de extensão estudado.

Ao decorrer do artigo são apresentados elementos teórico-conceituais sobre a extensão universitária e a sua relação com o direito à cidade; a dimensão biopolítica e o agravamento das desigualdades sociais no atual contexto pandêmico; bem como sobre as assimetrias no acesso às TIC. Ademais, discutem-se elementos empíricos da pesquisa com questões teóricas tocantes às TIC, aos efeitos biopolíticos da pandemia da Covid-19 e ao direito à cidade.

Sobre a realização da disciplina eletiva “Meio Ambiente Urbano”, diagnosticou-se que a sua migração para a modalidade virtual implicou em um profundo replanejamento das atividades, fazendo com que muitas das metodologias inicialmente previstas fossem comprometidas. Em relação ao curso de extensão “Introdução à democracia, sustentabilidade e políticas públicas”, afirma-se que o seu formato foi planejado desde o início para ser facilitado virtualmente, contudo, percalços como os percebidos na disciplina eletiva foram também notados nessa segunda ação.

Ambas as atividades realizadas pelo Laurbs em 2020 experienciaram dificuldades como o acesso a aparelhos tecnológicos e à internet por parte do público-alvo. Portanto, as percepções apontam para uma complexificação ainda maior da relação extensão universitária-

comunidade em termos de alcance e diálogo, tal e qual os empecilhos enfrentados por sujeitos precarizados na realidade social brasileira, questões essas agudizadas pela pandemia da Covid-19. Quando analisadas as realidades urbanas dos sujeitos da pesquisa, nota-se que ocupantes de periferias urbanas enfrentam maiores dificuldades para a continuidade e qualidade no acesso à educação básica durante a crise sanitária, cerne em que se incluem as desigualdades tecnológicas.

Em contrapartida, as adaptações das ações extensionistas foram salutares para a continuidade das atividades. As práticas foram proveitosas, logrando experiências e ferramentas para futuras intervenções diante do contexto hodierno. A construção de tecnologias sociais

de aprendizagem como a cartilha “Interlocuções Juvenis: Democracia, Participação e Sustentabilidade na Prática” expõem que apesar dos complexos problemas, o momento de crise também propiciou inovações na extensão universitária do programa.

Tenciona-se prosseguir com a presente pesquisa, partindo-se para a análise *ex-post-facto* das representações sociais de participantes das ações do Laurbs durante a pandemia. Nesse sentido, almeja-se realizar entrevistas semi-estruturadas sobre as metodologias de ensino e os principais percalços vivenciados durante a realização da disciplina e curso relatados. Já a análise dos repertórios discursivos se dará por meio do método sociolinguístico denominado análise de conteúdo.

REFERÊNCIAS

AGUIÃO, Silvia. Sexualidade, gênero e Internet: aspectos do uso das TIC na constituição de redes de sociabilidade e produção de si entre jovens. In: CASTELLO, Graziela; MACAYA, Javiera F. M.; CANTONI, Stefania Lapolla; JEREISSATI, Tatiana. **Dinâmicas de gênero e uso das tecnologias digitais: um estudo com crianças e adolescentes na cidade de São Paulo**. 1. ed. - São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento Cebrap, 2021. pp. 112-137.

AUGUSTO, Philippe. Alunos de escolas e universidades estaduais começam a receber do Governo do Ceará chips com internet. **Governo do Estado do Ceará**, Fortaleza – CE, 9 dez. de 2020. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2020/12/09/alunos-de-escolas-e-universidadesestaduais-comecam-a-receber-do-governo-do-ceara-chips-com-internet/>. Acesso em 15 jul. 2021.

BASCHET, Jérôme. COVID-19: **O século XXI começa agora**. São Paulo: Editora n-1, 2020.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. 1º ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CALAZANS, Roberto; MATOZINHO, Christiane. **Pandemia, paranóia e política**. São Paulo: Editora n-1, 2020.

CARBONARI, Maria Elisa Ehrhardt; PEREIRA, Adriana Camargo. A extensão universitária no Brasil, do assistencialismo à sustentabilidade. **Revista de Educação**, v. 10, n. 10, 2007.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e terra, 2005.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.

CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO - Cetic.BR. **Resumo executivo: TIC Kids Online Brasil 2019**. 2020. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20201123093441/resumo_executivo_tic_kids_online_2019.pdf. Acesso em 15 jul. 2021.

CHUECA, Eva Garcia. Cartografiando Silencios en las Urbes Brasileñas: ¿Pueden las mujeres pobres, negras y periféricas hablar?. **Centro de Estudios y Documentación Internacionales de Barcelona**, Barcelona, mayo 2017. Sección Opinión. Disponible en: https://www.cidob.org/publicaciones/serie_de_publicacion/opinion_cidob/ciudades_globales/cartografiando_silencios_en_las_urbes_brasilenas_pueden_las_mujeres_pobres_negras_y_perifericas_hablar. Acceso em: 12 mayo 2021.

CHUECA, Eva Garcia. O direito à cidade perante as epistemologias do Sul: reflexões sobre o processo brasileiro de construção do direito à cidade. In: SANTOS, Boaventura de Souza, MARTINS, Bruno Sena (Orgs.). **O pluralismo dos Direitos Humanos: a diversidade das lutas pela dignidade**. 1 ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. pp. 397-418.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 6 ed. – Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no College de France (1977-1978)/ Michel Foucault; edição estabelecida por Michel Senellart sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana; tradução Eduardo Brandão; revisão da tradução Claudia Berliner. – São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** São Paulo: Paz e Terra, 2013.

HARVEY, David et al. **Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. Boitempo Editorial, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico de 2010: Classes de rendimento nominal mensal**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/3277#resultado>. Acesso em 15. Jul. 2021.

INSTITUTO PÓLIS. **Raça e Covid-19 no município de São Paulo**. 2020. Disponível em: <https://polis.org.br/estudos/raca-e-covid-no-msp/>. Acesso em 15 jul. 2021.

JEREISSATI, Tatiana; MACAYA, Javiera F. M.; CANTONI, Stefania Lapolla; BARBOVSCHI, Monica. Sobre a pesquisa. In: CASTELLO, Graziela; MACAYA, Javiera F. M.; CANTONI, Stefania Lapolla; JEREISSATI, Tatiana. **Dinâmicas de gênero e uso das tecnologias digitais: um estudo com crianças e adolescentes na cidade de São Paulo**. 1. ed. -- São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento Cebrap, 2021. pp. 30-55.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Editora Centauro, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **O pensamento marxista e a cidade**. Tradução de Maria Idalina Furtado. Lisboa: Editora Ulisseia, 1972.

LEITE, Maria Laís dos Santos; TORRES, Geovane Gesteira Sales; CUNHA, Rocelly Dayane Teotonio da. Entre sonhos e crises: esquadrinhando os impactos acadêmicos da pandemia por COVID-19 na vida de pós-graduandas (os) brasileiras (os). **Revista de Estudos em Educação e Diversidade**. v. 1, n. 2, p. 07-28, 2020.

LIMA, Márcia Lima; AGUIÃO, Silvia. Interfaces entre gênero, raça e classe em experiências de uso das TIC entre crianças e adolescentes. In: CASTELLO, Graziela; MACAYA, Javiera F. M.; CANTONI, Stefania Lapolla; JEREISSATI, Tatiana. **Dinâmicas de gênero e uso das tecnologias digitais: um estudo com crianças e adolescentes na cidade de São Paulo**. 1. ed. -- São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento Cebrap, 2021. pp. 86-111.

NASCIMENTO, Diego Coelho do; TORRES, Geovane Gesteira Sales; SILVA, Caio Ricardo da; PIMENTEL, Regina Cruz. Educação para a sustentabilidade em contextos urbano-periféricos: a experiência do LAURBS em Juazeiro do Norte, Ceará. **Expressa Extensão**, v. 26, n. 2, p. 5-19, 2021.

PAULA, João Antônio de. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces-Revista de Extensão da UFMG**, v. 1, n. 1, p. 5-23, 2013.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Desigualdades socioespaciais – a luta pelo direito à cidade. **Revista cidades**, v. 4, n. 6, 2007.

SAFATLE, Vladimir. **Bem-vindo ao Estado Suicidário**. São Paulo: Editora n-1, 2020.

SANTOS, Boaventura de Souza. **La cruel pedagogía del virus**. 1a ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2020.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade**. Porto: Editora Afrontamento, 1999.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristovão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de história & ciências sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. Cortez editora, 2013.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e pesquisa**, v. 31, n. 3, pág. 443-466, 2005.